



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE FORMOSO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**LEI Nº 72, DE 10 DE JUNHO DE 1999**

**“Estabelece diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município de Monte Formoso para o exercício de 2000 e dá outras providências”**

A Câmara Municipal de Monte Formoso decreta e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DIRETRIZES GERAIS**

Art. 1º - A Lei Orçamentária do Município de Monte Formoso/MG, para o exercício de 2000, será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei e em consonância com as disposições da Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município e da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no que for a ela pertinente.

**CAPÍTULO II**  
**DA PREVISÃO DE RECEITAS DO MUNICÍPIO**

Art. 2º - As receitas abrangerão a receita tributária própria, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em Lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

§ 1º - As parcelas transferidas pela União e pelo Estado abrangerão os recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério de que trata a Lei Federal nº 9.424, de 24/12/96.

§ 2º - As receitas de impostos e taxas serão projetadas tomando-se por base de cálculo os valores médios arrecadados no exercício de 1999, até o mês anterior àquele da elaboração da proposta, corrigidos monetariamente, levando-se em conta:

- I - a expansão do número de contribuintes;
- II - a atualização do Cadastro Técnico do Município;
- III- a alteração na legislação tributária municipal.

§ 3º - Os valores das parcelas transferidas pelos Governos Federal e Estadual serão fornecidos pelos órgãos competentes dos respectivos Governos.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE FORMOSO**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
§ 4º - As parcelas transferidas, mencionadas no parágrafo anterior, são as constantes dos artigos 158, IV e 159, I, b, da Constituição Federal.

### **CAPÍTULO III DA FIXAÇÃO DAS DESPESAS**

Art. 3º - As despesas serão fixadas em valor igual ao da receita prevista e distribuídas segundo necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando-se parcela, ainda que pequena, a despesa de capital.

Parágrafo único - O Poder Legislativo encaminhará o orçamento de suas despesas para o exercício em referência, acompanhado de quadro demonstrativo de cálculos, de modo a justificar o montante fixado.

Art. 4º - O Município não despenderá com pagamento de pessoal parcela de recursos superior a 60% (sessenta por cento) do valor das receitas correntes consignadas na sua Lei Orçamentária, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 82/95.

Parágrafo único - A despesa com pessoal, referida neste artigo abrangerá:

- I - O pagamento de pessoal do Poder Legislativo, inclusive o dos agentes políticos;
- II - O pagamento de pessoal do Poder Executivo, incluindo-se o dos pensionistas e aposentados.

Art. 5º - A abertura de créditos suplementares ao orçamento dependerá da existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

Parágrafo único - Os recursos disponíveis de que trata este artigo são aqueles referidos no artigo 43, § 3º, da Lei nº 4.320/64.

### **CAPÍTULO IV DA MANUTENÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

Art. 6º - À manutenção e ao desenvolvimento do ensino será destinada parcela de receita resultante de impostos, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento).

§ 1º - Das parcelas transferidas pelos Governos do Estado e da União, mencionadas no artigo 2º, também se destinará à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, parcela não inferior a 25% (vinte e cinco por cento).



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE FORMOSO**

### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

§ 2º - Sempre que ocorrer recebimento de dívida ativa proveniente de impostos, será destinada parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Art. 7º - Sempre que ocorrer excesso de arrecadação e este for acrescentado adicionalmente ao exercício, por meio de créditos suplementares e/ou especiais, destinar-se-á, obrigatoriamente, parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, proporcionalmente ao excesso de arrecadação incorporado ao orçamento, quando proveniente de receita de impostos.

Art. 8º - Aos alunos do ensino pré-escolar e fundamental obrigatório e gratuito da rede municipal, será garantido sempre que possível o fornecimento de material escolar e didático-pedagógico, sendo as despesas respectivas admissíveis na parcela de 25% (vinte e cinco por cento) compulsório.

Parágrafo único - A garantia referida no artigo não exonera o Município da obrigação de assegurar, suplementarmente, estes direitos aos alunos da rede estadual de ensino, na medida que a providência se torne necessária, de modo a que esses alunos tenham os mesmos tratamentos à disposição daqueles, mediante convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Educação.

Art. 9º - Quando a rede oficial de ensino fundamental e médio for insuficiente para atender à demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo para o atendimento suplementar pela rede particular local, ou na localidade mais próxima.

Art. 10 - A manutenção de bolsa de estudo é condicionada ao aproveitamento do bolsista, definido em Lei específica.

Art. 11 - Na aplicação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino deverão ser observadas as disposições das Leis Federais nºs 9.394, de 20/12/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e 9.424, de 24/12/96, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

### **CAPÍTULO V DAS SUBVENÇÕES SOCIAIS**

Art. 12 - O município poderá, mediante prévia autorização legislativa, conceder ajuda financeira, a título de auxílio, subvenção, contribuição ou participação, a entidades que prestem serviços essenciais de assistência social, médica, educacional e de atividades culturais e desportivas, inclusive para a realização de eventos no município, desde que estejam legalmente constituídas.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE FORMOSO**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

§ 1º - É condição indispensável que as entidades beneficiárias não auferam lucros e nem remunerem seus diretores de qualquer nível, aplicando inteiramente as suas rendas na manutenção de seus objetivos sociais.

§ 2º - As entidades beneficiadas nos termos deste artigo prestarão contas dos recursos recebidos ao Poder Executivo até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício financeiro.

§ 3º - O rol de entidades e os respectivos valores estipulados como subvenções a cada entidade, será objeto de Lei a ser elaborada pelo Executivo e remetida à aprovação do Legislativo junto com o Orçamento-Programa para o exercício de 2000.

### **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 13 – O orçamento do ano 2000 conterá:

I - disponibilidade orçamentária para atender despesas decorrentes de eventuais aumentos dos quadros de pessoal autorizado nesta Lei;

II – dispositivos que regionalizem a administração do Município de modo a reduzir as desigualdades porventura existentes;

III- dotações orçamentárias necessárias ao cumprimento das metas, dos programas e dos projetos estabelecidos no plano plurianual de ação governamental, ao exercício financeiro a que se refira o orçamento.

Art. 14 – A Lei Orçamentária garantirá recursos destinados à execução de programas de saneamento básico e de preservação ambiental, visando a melhoria da qualidade de vida da população ainda que não contemplados no plano plurianual de ação governamental.

Art. 15 – A Lei Orçamentária somente consignará dotações destinadas ao início de obras, após a garantia de recursos para pagamento das obrigações patronais vincendas e dos débitos contraídos com a Previdência Social decorrentes de prestações ajustadas com o Órgão, pertinentes às contribuições em atraso.

Art. 16 – O orçamento consignará recursos necessários ao pagamento de débitos para com a Previdência Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Programa para a Formação do Patrimônio do Servidor Público e Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.

Art. 17 – O orçamento assegurará recursos destinados a amortização da sua dívida fundada interna, em atendimento ao disposto no artigo 35, I, da Constituição Federal.

Art. 18 – O orçamento destinará recursos necessários ao pagamento de acordos trabalhistas e das despesas judiciárias constituídas de precatórios recebidos até 1º de julho de 1999.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE FORMOSO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

Art. 19 – A Lei Orçamentária conterá dispositivos autorizando operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e para refinanciamento da dívida.

§ 1º - A contratação de operação de crédito para fim específico somente se concretizará se os recursos forem destinados a programas de excepcional interesse público, observados os limites contidos nos artigos 165 e 167, III, da Constituição Federal.

§ 2º - Em qualquer dos casos a contratação de operação de crédito dependerá de prévia autorização legislativa.

Art. 20 – As compras e contratações de obras e/ou serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, quando exigível, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de maio de 1993 e suas alterações posteriores.

Art. 21 – O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de Governo, bem como seus aditamentos, para desenvolvimento de programas nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, obras e saneamento básico, podendo o município assumir a contrapartida de recursos próprios, quando for exigido pelo órgão convenente.

Art. 22 – O Projeto de Lei Orçamentária deverá ser enviado à Câmara Municipal até o dia 30 de setembro do corrente ano.

Art. 23 – Caso o Poder Legislativo não vote a Lei Orçamentária até 05 (cinco) dias antes do término do exercício, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar como Orçamento para o exercício de 2000, o Projeto de Lei enviado nos termos do artigo anterior.

Art. 24 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25 – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Monte Formoso, 10 de junho de 1999

**JOSÉ ALVES SOARES**  
Prefeito Municipal